

**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
SECCIONAL GOIÁS**

CNPJ: 02.656.759/0001-52

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2014 e 2013

RELAT. 2.052/15

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL GOIÁS

em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações do fluxo de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ilmos. Srs.

Diretores da

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL GOIÁS.
GOIÂNIA – GO

Examinamos o balanço patrimonial da Ordem dos Advogados do Brasil- Seccional de Goiás levantado em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa de suas operações correspondente ao exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas elaborados sob a responsabilidade de sua administração.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e

adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para opinião com ressalvas

1. Conforme descrito na nota explicativa 3“c”, a Entidade vem efetuando o reconhecimento contábil de suas receitas de anuidade e outros serviços por regime de caixa, ao invés do regime de competência, descumprindo assim, as normas contábeis vigentes no Brasil quanto a prática de reconhecimento de receitas. Desta forma, não podemos assegurar sobre a razoabilidade dos saldos registrados no ativo contas a receber, bem como de seus reflexos no resultado e no patrimônio social da Entidade.
2. Conforme descrito na nota explicativa 3“e”, a Entidade não vem computando em seu Ativo Imobilizado e Intangível valores relativos aos custos com depreciação e amortização, respectivamente. Além disso, os saldos contábeis relativos a esses ativos não estão devidamente conciliados. Desta forma, não podemos nos assegurar sobre a razoabilidade dos saldos registrados no ativo imobilizado, bem como de seus reflexos no resultado e no patrimônio social da Entidade.
3. Conforme descrito na nota explicativa “12”, a OAB-GO firmou, em 30 de agosto de 2013, contrato com a Caixa de Assistência dos Advogados de Goiás – CASAG, visando a conversão integral do valor de R\$ 4.246.923, relativo a dívidas da OAB-GO com a CASAG, em participação financeira, da CASAG, em investimentos realizados em construções de algumas Sedes Próprias de Subseções da OAB-GO. Com base nesse contrato, a OAB-GO contabilizou a baixa parcial de parte de algumas sedes regionais, computadas em seu ativo imobilizado no valor do contrato, com a correspondente quitação de parte da dívida com a CASAG. Entretanto, referido contrato não instrumentalizou objetivamente a operação de alienação ou dação de bens em pagamento para quitação da dívida e, por isso, não é possível assegurar sobre a razoabilidade da baixa contábil do passivo e do ativo que foram realizadas.

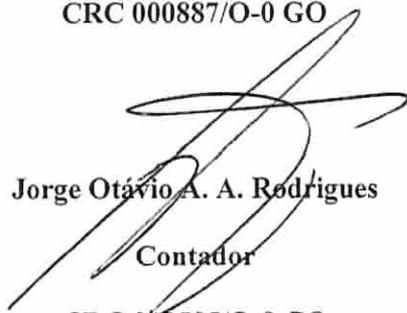
4. Conforme descrito na nota explicativa 3^a, alguns movimentos de caixa de algumas subseções não foram totalmente contabilizados até a data de 31/12/2014. Desta forma, não podemos assegurar sobre a razoabilidade dos saldos registrados no ativo na conta caixa e equivalentes de caixa, bem como de seus reflexos no resultado da Entidade.

Opinião sobre as demonstrações financeiras com ressalvas

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos dos assuntos mencionados nos parágrafos Base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional de Goiás em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Goiânia, 30 de junho de 2015.

MASTERS
Audidores Independentes S/S
CRC 000887/O-0 GO



Jorge Otávio A. A. Rodrigues
Contador

CRC 013505/O-9 GO



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECCIONAL GOIÁS

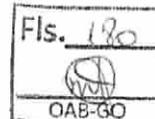
Balancos Patrimoniais

Períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em Reais 1)

Ativo	Nota	2014	2013	Passivo	Nota	2014	2013
Circulante				Circulante			Reapresentado
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	1.091.435	2.264.239	Fornecedores		308.651	444.787
Adiantamentos	5	165.839	227.832	Empréstimos e Financiamentos	9	4.293.684	4.243.077
Contas a Receber / Outros	6	122.174	146.998	Obrigações Sociais e Trabalhistas	10	894.820	1.092.803
Depósitos Judiciais		7.270	5.890	Obrigações Tributárias	11	91.526	125.785
				Obrigações Estatutárias	12	1.819.630	825.962
				Outros	13	684.971	1.305.629
Total do Circulante		1.386.718	2.644.959	Total do Circulante		8.093.282	8.038.043
Não Circulante				Não Circulante			
Investimento	7	465.065	401.384	Empréstimos e Financiamentos	9	1.227.085	3.131.073
Imobilizado	8	27.538.856	26.955.763	Provisão para Demandas Judiciais	14	955.953	394.725
Intangível	8	41.131	41.131	Impostos e Taxas		50.643	79.774
Total do Não Circulante		28.045.052	27.398.278	Total do Não Circulante		2.233.681	3.605.572
				Patrimônio Social			
				Superávits Acumulados	15	19.104.807	18.399.621
				Total do Patrimônio Social		19.104.807	18.399.621
Total do Ativo		29.431.770	30.043.236	Total do Passivo + Patrimônio Social		29.431.770	30.043.236

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECCIONAL GOIÁS

Demonstrações de Resultados

Períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em Reais I)

	<u>Nota</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u> Reapresentado
RECEITA		26.419.408	24.382.647
RECEITAS OPERACIONAIS ORDINÁRIAS		13.228.612	11.503.611
Anuidades do Exercício		9.007.553	7.832.398
Anuidades de Exercícios Anteriores		2.344.391	1.803.008
Taxas e Emolumentos		844.907	825.740
Multas		63.483	35.909
Inscrição Exame da Ordem		968.278	1.006.555
RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS		13.190.796	12.879.036
Recuperação de Despesas		601.283	583.150
Auxílio Financeiro Conselho Federal		158.795	1.300.000
Contribuições Voluntárias / Cursos	16	9.488.123	8.279.506
Outras Receitas	17	2.942.595	2.716.380
(-) DEDUÇÕES DAS RECEITAS - (CONTRIBUIÇÕES)		(2.727.205)	(2.320.096)
(-) Conselho Federal		(1.130.023)	(933.120)
(-) CASAG		(1.094.965)	(933.120)
(-) Fundo Cultural		(276.212)	(267.232)
(-) FIDA		(226.005)	(186.624)
TOTAL DAS RECEITAS LÍQUIDAS		23.692.203	22.062.551
(-) DESPESAS ORDINÁRIAS		(22.081.896)	(22.203.865)
(-) Pessoal e Encargos		(11.430.503)	(10.403.775)
(-) Outras Despesas Operacionais	18	(10.651.393)	(11.800.090)
RESULTADO OPERACIONAL		1.610.307	(141.314)
RESULTADO FINANCEIRO		(905.121)	(350.466)
Receitas Financeiras		441.944	291.741
(-) Despesas Financeiras		(1.347.065)	(642.207)
SUPERÁVIT / (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO		705.186	(491.780)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECCIONAL GOIÁS

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Social

Períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em Reais 1)

Eventos	Superávit Acumulado	Patrimônio Social
		Reapresentado
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	18.891.401	18.891.401
Déficit do Exercício	(491.780)	(491.780)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	18.399.621	18.399.621
Superávit do Exercício	705.186	705.186
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	19.104.807	19.104.807

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECCIONAL GOIÁS
Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

Períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em Reais 1)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2014	2013
		Reapresentado
SUPERÁVIT / (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	705.186	(491.780)
RESULTADO	705.186	(491.780)
Variações em contas de ativos e passivos		
Redução (Aumento) nas contas a receber	24.824	(14.274)
Redução (Aumento) aplicações financeiras	-	1.113.865
Redução (Aumento) nas contas de cheques em cobrança	61.993	25.072
Redução (Aumento) nas contas de depósitos judiciais	(1.381)	21.765
Aumento (Redução) nas contas de fornecedores	(136.136)	(410.728)
Aumento (Redução) nas contas de obrigações sociais e trabalhistas	(197.983)	164.466
Aumento (Redução) nas contas de obrigações tributárias	(63.390)	114.131
Aumento (Redução) nas contas de outras obrigações	(620.659)	676.303
Aumento (Redução) nas provisões para demandas judiciais	561.228	(26.022)
Disponibilidade líquida gerada pelas atividades	333.682	1.172.799
Fluxo das atividades de investimentos		
(Aquisição)/Baixa de Imobilizados	(583.093)	565.008
Aumento de Investimentos	(63.681)	(45.588)
Aumento de Intangível	-	-
Disponibilidade líquida gerada pelas atividades após os investimentos	(313.091)	1.692.219
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(859.713)	(964.999)
Captação/ (Pagamentos) de empréstimos e financiamentos	(1.853.381)	1.176.979
Aumento/ (Pagamento) de obrigações estatutárias	993.668	(2.141.978)
Disponibilidade líquida gerada pelas atividades após os financiamentos	(1.172.804)	727.219
Disponibilidade líquida no final do exercício	(1.172.804)	727.219
Demonstração da variação do Caixa e Equivalentes de Caixa		
Saldo inicial do Caixa e Equivalentes de Caixa	2.264.239	1.537.020
Saldo final do Caixa e Equivalentes de Caixa	1.091.435	2.264.239
Variação do Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.172.804)	727.219

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL GOIÁS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em Reais 1)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Ordem dos Advogados do Brasil - OAB constituída através do artigo 17 do decreto número 19.408, de 18 de novembro de 1930, possui personalidade jurídica e forma federativa. Tem por finalidade defender a Constituição, a ordem jurídica do estado democrático de direito, os direitos humanos, a justiça e pugnar pela boa aplicação das leis, pela rápida administração da justiça e pelo aperfeiçoamento da cultura e das instituições jurídicas e promover, com exclusividade, a representação, a defesa, a seleção e a disciplina dos advogados em toda a República Federativa do Brasil.

A Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Goiás está registrada sob o CNPJ 02.656.759/0001-52 e está localizada no município de Goiânia, à rua 1.121 nr. 200, Setor Marista Goiânia-GO. A Seccional Goiás conta com 45 subseções espalhadas pelo estado de Goiás.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

- a) As demonstrações financeiras, com exceção das elencadas no item 2 “d”, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária da Lei 6.404/76 adotando as alterações promovidas pelas leis: 11.638/07 e 11.941/09 e os Pronunciamentos Técnicos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em vigor até a data de conclusão da elaboração das demonstrações contábeis.
- b) Moeda de Apresentação Funcional - As demonstrações financeiras foram elaboradas em Real que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real.
- c) A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria da Entidade em 30 de junho de 2015.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL GOIÁS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em Reais 1)

d) Práticas contábeis ainda não adotadas - Não registro de custos de depreciação/amortização e de não registro, por competência, da carteira de contas a receber. Não foi feita a revisão de vida útil e valor residual dos bens patrimoniais.

e) Base de preparação

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

f) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

g) Reapresentação das demonstrações financeiras de 2013 para fins de comparabilidade

Com o objetivo de atender aos Pronunciamentos Contábeis CPC-23 – Políticas contábeis, mudanças de estimativas e correção de erros e CPC 26 – Apresentação das demonstrações financeiras, a seguir estão demonstrados os saldos reapresentados das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013, reformuladas para fins de comparação. A seguir, apresenta-se os efeitos no Balanço e Demonstração de Resultado decorrentes do ajuste realizados:

Resumo dos ajustes	Referência dos ajustes	31/12/2013		
		Anteriormente apresentado	Ajustes	Saldo ajustado
Outras Obrigações	1	672.273	633.356	1.305.629
Patrimônio Social	1	19.032.977	(633.356)	18.399.621
Incrição Exame de Ordem	1	1.639.911	(633.356)	1.006.555

Os efeitos dos ajustes também foram refletidos na demonstração das mutações do patrimônio social e no fluxo de caixa.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL GOIÁS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em Reais 1)

Em 2013, o Conselho Federal efetuou um crédito para OAB-GO no valor de R\$ 633.356 como adiantamento da receita do Exame de Ordem de 2014. Naquele momento a OAB-GO considerou o crédito do referido recurso como receita para o Exame de Ordem de 2014. Entretanto, a formalização da receita só ocorreu em 2014. Desta forma, em 2013 esse crédito está sendo reclassificado como obrigação da OAB-GO com o Conselho Federal.

NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez com vencimento original de três meses ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras são registradas ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço (imune da retenção do imposto de renda).

Em 31/12/2014 existem os movimentos de caixa das subseções (Acreuna, Anicuns, Aparecida de Goiânia, Catalão, Morrinhos, Niquelândia, São Simão e Senador Canedo) não haviam sido contabilizados, conforme apresentado a seguir:

Subseção	Contabilizado até:
Acreúna	Jul/14
Anicuns	Fev/14
Aparecida de Goiânia	Dez/12
Catalão	Out/14
Morrinhos	Set/14
Niquelândia	Jul/14
São Simão	Jun/14
Senador Canedo	Fev/14

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL GOIÁS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em Reais 1)

b) Instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, representados substancialmente por aplicações financeiras e financiamentos estão apresentados no balanço patrimonial por valores que se aproximam ao valor de mercado.

c) Contas a receber Anuidades / Outros

As anuidades e outros serviços a receber são contabilizadas pelo regime de caixa. A entidade não reconhece a carteira de contas a receber por regime de competência, descumprindo assim, as normas contábeis vigentes no Brasil quanto a prática de reconhecimento de receitas.

d) Investimentos

Os investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Imobilizado / Intangível

O Imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção. A Entidade não vem contabilizando os custos de depreciação dos bens do seu ativo imobilizado. A Entidade não vem contabilizando a amortização dos bens classificados no seu intangível.

A Entidade ainda não efetuou a revisão das vidas úteis e valores residuais de Ativos imobilizados.

f) Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são registrados pelos seus valores conhecidos ou calculáveis e, quando aplicável, acrescidos dos encargos e atualizações monetárias incorridos até a data do balanço.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL GOIÁS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em Reais 1)

g) Contribuições estatutárias

As contribuições estatutárias devidas ao Conselho Federal, Caixa de Assistência dos Advogados de Goiás e Fundo Cultural, são constituídas de acordo com o Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil, previstos na lei 8.906/94.

Conforme Termo de Acordo e Repactuação relativo a repasse estatutário entre a Ordem dos Advogados de Goiás e a Caixa de Assistência dos Advogados de Goiás foi deliberado a alteração do percentual de repasse relativos às anuidades arrecadadas de 20% para 10%. Este acordo terá vigência no triênio 2013/2015.

h) Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A principal estimativa é relacionada à demandas judiciais.

i) Provisão para demandas judiciais

Os processos judiciais da Entidade são avaliados e revisados periodicamente, com base em pareceres de assessores jurídicos da OAB-GO, sendo registrados contabilmente de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Demandas Judiciais Ativas são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado.

Demandas Judiciais Passivas são provisionados quando os riscos de perdas forem avaliados como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes com riscos avaliados como perdas possíveis não são provisionados porém são divulgados em notas explicativas. Os passivos contingentes com risco de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL GOIÁS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em Reais 1)

j) Obrigações sociais e trabalhistas

São constituídas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do levantamento do balanço.

k) Apuração do resultado

O resultado, exceto com relação aos itens mencionados na nota “2 a”, é apurado em conformidade com o regime de competência. As receitas de serviços prestados são reconhecidas no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa de sua realização.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Representa os recursos financeiros de disponibilidade imediata, que estão mantidos em caixa, contas correntes e aplicações financeiras, conforme apresentado a seguir:

Descrição	2014	2013
Caixa*	624.919	425.190
Bancos Contas Correntes	133.686	347.149
Aplicações Financeiras de Liq. Imediata**	336.521	1.494.877
Valores em Trânsito	(3.691)	(2.978)
Total	<u>1.091.435</u>	<u>2.264.239</u>

* Refere-se a montantes em espécie alocados nos caixas da seccional e subseções.

**As aplicações financeiras referem-se a operações de alta liquidez, que estão protamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL GOIÁS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em Reais 1)

NOTA 5 - ADIANTAMENTOS

Descrição	2014	2013
Adiantamento a Subseções	41.127	134.836
Adiantamento a Fornecedores	107.789	37.754
Adiantamento a Funcionários	16.923	55.242
<u>Total</u>	<u>165.839</u>	<u>227.832</u>

NOTA 6 - CONTAS A RECEBER / OUTROS

Descrição	2014	2013
Cheques Devolvidos	23.680	22.928
Títulos a Receber Jurídico	98.494	124.070
<u>Total</u>	<u>122.174</u>	<u>146.998</u>

As anuidades e outros serviços a receber são contabilizadas pelo regime de caixa. Caso fosse adotado o regime de competência, grande parte dos valores a receber no início do exercício e não recebidos ao final do exercício seriam objeto de constituição de provisão para devedores duvidosos.

NOTA 7 - INVESTIMENTOS

Refere-se a Títulos de Crédito (Ações) junto a Instituição Credijur. Referidos títulos são atualizados anualmente pelo valorização dessas ações. A Entidade tem intenção de manter esses títulos em parte de seus investimentos permanentes.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL GOIÁS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em Reais 1)

NOTA 8 - IMOBILIZADO / INTANGÍVEL

Apresenta-se a seguir a composição e movimentação do ativo imobilizado:

a) *Composição*

Descrição	2014	2013
Biblioteca	442.169	442.168
Equipamentos de Informática	1.323.687	1.280.608
Máquinas e Equipamentos	3.121.858	3.033.628
Móveis e Utensílios	2.197.514	2.151.773
Obras de Arte	9.808	9.808
Veículos	194.768	229.049
Edificações	16.821.729	16.812.616
Terrenos	484.693	484.693
Obras em Andamento	2.936.300	2.505.090
Instalações	18.000	18.000
(-) Depreciação	(11.670)	(11.670)
<u>Total Imobilizado</u>	<u>27.538.856</u>	<u>26.955.763</u>
Softwares	41.131	41.131
<u>Total Intangível</u>	<u>41.131</u>	<u>41.131</u>

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL GOIÁS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em Reais 1)

b) Movimentação do Imobilizado

Descrição	2013	Adições	Baixas	Transferências	2014
Biblioteca	442.168	-	-	-	442.168
Equipamentos de Informática	1.280.608	43.079	-	-	1.323.687
Máquinas e Equipamentos	3.033.628	88.230	-	-	3.121.858
Móveis e Utensílios	2.151.773	45.741	-	-	2.197.514
Obras de Arte	9.808	-	-	-	9.808
Veículos	229.049	-	(34.281)	-	194.768
Edificações	16.812.616	9.114	-	-	16.821.730
Terrenos	484.693	-	-	-	484.693
Obras em Andamento	2.505.090	440.324	(9.114)	-	2.936.300
Instalações	18.000	-	-	-	18.000
(-) Depreciação	(11.670)	-	-	-	(11.670)
Total Imobilizado	<u>26.955.763</u>	<u>626.488</u>	<u>(43.395)</u>	-	<u>27.538.856</u>
Softwares	41.131	-	-	-	41.131
Total Intangível	<u>41.131</u>	-	-	-	<u>41.131</u>

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL GOIÁS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em Reais 1)

A seguir, descrição das obras em subseções que estão em andamento:

Subseção	Tipo de obra:
Anápolis	Construção sede adm.
Firminópolis	Construção sede social / Clube
Iporá	Construção sede adm.
Itaberaí	Construção sede adm.
Jataí	Construção sede adm.
Rio Verde	Construção salão social / Reforma quiosque
Uruaçu	Construção sede social / Clube

NOTA 9 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Refere-se a Financiamento e Empréstimos obtidos junto a Instituições Financeiras conforme exposto a seguir:

Tipo de Operação	Vencimento	Encargos	2014	2013
Empréstimo – CREDIJUR	Nov/2015	1,83% a.m.	2.227.698	1.774.318
Empréstimo – CEF	Julho/2017	0,49% a.m. + CDI	2.002.083	2.777.084
Empréstimo – BICBANCO	Ago/2015	0,5% a.m. + CDI	1.128.988	2.822.748
Empréstimo – Santander	Conta Garantida	1,64% a.m.	162.000	-
<u>Circulante</u>			<u>4.293.684</u>	<u>4.243.077</u>
<u>Não Circulante</u>			<u>1.227.085</u>	<u>3.131.073</u>
<u>Total Geral</u>			<u>5.520.769</u>	<u>7.374.150</u>

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL GOIÁS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em Reais 1)

NOTA 10 - OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Descrição	2014	2013
Pessoal a Pagar	2.897	21.824
FGTS a Recolher	62.919	73.372
INSS Patronal	246.180	141.770
INSS Empregados	51.068	61.558
INSS Serviços Prestados Pessoa Física	6.854	2.349
Provisões Trabalhistas	524.902	791.929
<u>Total</u>	<u>894.820</u>	<u>1.092.803</u>

NOTA 11 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Descrição	2014	2013
INSS Serviços Prestados Pessoa Jurídica	24.438	12.055
IRRF Empregado	38.413	28.087
IRRF Serviços Prestados	2.391	20.251
ISS	16.557	56.993
Contribuição Sindical a Recolher	790	2.600
CSLL/PIS/COFINS	8.937	5.799
<u>Total</u>	<u>91.526</u>	<u>125.785</u>

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL GOIÁS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em Reais 1)

NOTA 12 - OBRIGAÇÕES ESTATUTÁRIAS

A composição dessa conta refere-se a provisão para repasses estatutários, conforme a seguir:

Descrição	2014	2013
Conselho Federal	679.848	461.360
Caixa de Assistência	960.979	266.014
Subseções	36.314	29.679
FIDA	142.489	68.909
Total	<u>1.819.630</u>	<u>825.962</u>

Conselho Federal - Em 31 de dezembro de 2014, o valor provisionado, a pagar, ao Conselho Federal refere-se a parte de repasses decorrentes de receitas ocorridas em 2014 no montante de R\$ 377.283 e R\$ 302.565 relativo a 2013 e 2012.

Em 2014 o Conselho Federal concedeu a título de auxílio financeiro à OAB - GO o montante de R\$ 158.795, conforme ofício nº 106/2014-RD que estabelece a conversão de débito em auxílio financeiro.

Caixa de Assistência dos Advogados de Goiás – Casag - Em 31 de dezembro de 2014, o valor provisionado, a pagar, para a CASAG refere-se a repasses decorrentes de receitas ocorridas em 2014 no montante de R\$ 960.979.

Conforme termo de acordo e repactuação relativo a repasse estatutário, foi deliberado a alteração do percentual de repasse relativos às anuidades arrecadadas de 20% para 10%, este acordo terá vigência até 31/12/2015.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL GOIÁS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em Reais 1)

Em 30 de agosto de 2013 a OAB-GO firmou, contrato com a Caixa de Assistência dos Advogados de Goiás – CASAG, visando a conversão integral do valor de R\$4.246.923, relativo a dívidas da OAB-GO com a CASAG, em participação financeira da CASAG em investimentos realizados em construções de algumas Sedes Próprias de Subseções da OAB-GO. Com base nesse contrato, a OAB-GO contabilizou a baixa parcial de parte de algumas sedes regionais computadas em seu ativo imobilizado no valor do contrato, com a correspondente quitação de parte da dívida com a CASAG.

Fida - Em 31 de dezembro de 2014, o valor provisionado, a pagar, ao Fundo de Integração e Desenvolvimento Assistencial refere-se a repasses decorrentes de receitas no montante de R\$ 142.488 relativo a 2013 e 2014.

NOTA 13 - OUTROS

Referem-se a créditos diversos depositados nas contas correntes bancárias da Entidade, cujas origens não foram identificadas.

NOTA 14 - PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

A entidade é parte em ações judiciais e processos administrativos envolvendo questões civis, trabalhistas e tributárias.

As demandas judiciais são avaliadas e revisadas periodicamente, com base em pareceres dos assessores jurídicos, e são registradas contabilmente de acordo com as regras mencionadas na Nota Explicativa nº 3.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL GOIÁS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em Reais 1)

a) Resumo das ações classificadas como “risco provável” e provisionadas

Natureza do Processo	Nº do Processo	Nome da Parte	Valor Previsto	Característica da Ação
Cível	2009.35.00.002057-7	Aleves Antonio da Silva	18.000	Declaratória c/c indenização
Cível	2004.35.00.005809-0	Lucia Regina S. A. e Tavora	13.200	Cobrança de seguro de vida
Cível	46957-21.2010.4.01.3500	Rosana Rabelo Padovani	53.000	Ação de indenização por dano moral
Cível	18396-79.2013.4.01.3500	Maria das Graças Gonçalves Oliveira	50.000	Ação de indenização por dano moral
Cível	28756-10.2012.4.01.3500	Edith Sebastiana dos Passos	35.000	Ação de indenização
Cível	0068000-48.2008.5.18.0001	Ministério Público do Trabalho	100.000	Ação civil pública
Cível	47691-73.2013.4.01.34000	Milena Massa de Melo	5.000	Responsabilidade civil
Trabalhista	11280-48.2014.5.18.0002	Antônio Carlos Costa Filho	452.431	Reclamatória trabalhista
Trabalhista	12391-06.2014.5.18.0281	Eremildo Barbosa Silva	78.184	Reclamatória trabalhista
Trabalhista	12394-58.2014.5.18.0281	João Batista Ferreira Filho	101.138	Reclamatória trabalhista
Trabalhista	12026-07.2014.5.18.0004	Onofre Fortuna Mendes	50.000	Reclamatória trabalhista
Total			955.953	

b) Resumo das ações classificadas como “risco possível” não provisionadas.

Natureza do Processo	Nº do Processo	Nome da Parte	Valor Previsto	Característica da Ação
Cível	18394-12.2013.4.01.3500	União Federal	10.000	Ação para exercício de direito de resposta
Cível	40736-51.2012.4.01.3500	Rogério de Freitas Amorim	5.298	Reparação por danos materiais e morais
Cível	3783-88.2012.4.01.3500	Agmar Lopes Júnior	10.000	Ação declaratória c/c indenização por danos morais
Cível	2007-04684076	Rosângela Batista Dias	102.439	Ação de indenização c/ pedido de antecipação de tutela
Cível	36581-05.2012.4.01.3500	Maria das Graças Gonçalves Oliveira	50.000	Ação de indenização por dano moral
Total			177.737	
Cível	6293-74.2012.4.01.3500	Ministério Público Federal	70.000	Ação civil pública
Cível	6298-96.2012.4.01.3500	Ministério Público Federal	200.000	Ação civil pública
Cível	6349-10.2012.4.01.3500	Ministério Público Federal	45.000	Ação civil pública
Cível	6354-32.2012.4.01.3500	Ministério Público Federal	150.000	Ação civil pública
Cível	6361-24.2012.4.01.3500	Ministério Público Federal	135.000	Ação civil pública
Cível	6362-09.2012.4.01.3500	Ministério Público Federal	225.000	Ação civil pública
Cível	6363-91.2012.4.01.3500	Ministério Público Federal	95.000	Ação civil pública
Cível	6367-31.2012.4.01.3500	Ministério Público Federal	405.000	Ação civil pública
Cível	6368-16.2012.4.01.3500	Ministério Público Federal	206.660	Ação civil pública
Cível	6600-28.2012.4.01.3500	Ministério Público Federal	210.000	Ação civil pública
Cível	18504-11.2013.4.01.3500	Ministério Público Federal	10.000	Ação civil pública
Cível	2003.35.00.017026-7	Ministério Público Federal	100.000	Ação civil pública
Cível	6601-13.2012.4.01.3500	Ministério Público Federal	370.000	Ação civil pública
Cível	6602-95.2012.4.01.3500	Ministério Público Federal	273.500	Ação civil pública
Cível	6606-35.2012.4.01.3500	Ministério Público Federal	180.000	Ação civil pública
Total			2.675.160	
Total			2.852.897	

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL GOIÁS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em Reais 1)

NOTA 15 - PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio Social positivo em 31 de dezembro de 2014, no montante de R\$ 19.104.807, é composto por superávit do exercício e acumulados, apurados nos últimos exercícios sociais, conforme demonstrado no quadro das Mutações do Patrimônio Social.

NOTA 16 - CONTRIBUIÇÕES VOLUNTÁRIAS / CURSOS

A Contribuição Voluntária basicamente reflete o detalhamento da arrecadação do período, obtida no recebimento da Contribuição Obrigatória, estipulada para os Advogados e Estagiários. A qual no detalhe da finalidade destina-se (aquisição, edificações, ampliações, reformas, instalações de sedes e compra de mobiliários) da Instituição.

NOTA 17 - RECEITAS DIVERSAS

Referem-se a outras receitas geradas no exercício. Apresentamos a seguir a discriminação das receitas:

Outras Receitas	2014	2013
Fotocópias	1.094.422	1.003.515
Aluguéis Recebidos	556.636	445.879
Patrocínio para Eventos	2.000	17.500
Receitas Diversas	528.656	460.604
Taxa de Cartão e Carteira	285.231	303.694
Outros	28.093	20.969
Juros e Multas s/ Contrib. Volunt. Do Exercício	78.317	63.049
Juros e Multas s/ Contrib. Volunt. Do Ex. Anterior	251.304	186.537
Receitas de Exercícios Anteriores	117.936	214.632
<u>Total</u>	<u>2.942.595</u>	<u>2.716.379</u>

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL GOIÁS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em Reais 1)

NOTA 18 - OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Refere-se as despesas administrativas e gerais incorridas no exercício. Apresentamos a seguir a discriminação das despesas:

Outras Despesas Operacionais	2014	2013
(-) Despesas com Material de Consumo	(1.992.059)	(2.256.010)
(-) Despesas com Serviços PF	(819.239)	(823.387)
(-) Despesas com Serviços PJ	(7.155.342)	(8.628.809)
(-) Despesas com Publicações	-	(37.000)
(-) Outras Despesas	(684.753)	(54.884)
<u>Total</u>	<u>(10.651.393)</u>	<u>(11.800.090)</u>

NOTA 19 - COBERTURA DE SEGUROS

a) Cobertura de Seguros

A entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, em razão de sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas por nossos auditores independentes.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL GOIÁS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em Reais 1)

NOTA 20 - RISCOS

As operações da entidade estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

- ***Risco de crédito***

Decorrem da possibilidade de a entidade sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus associados ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a entidade adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a entidade somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco.

- ***Risco de taxas de juros***

Decorre da possibilidade de a entidade sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a entidade busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas e instituições financeiras.

NOTA 21 - EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houveram eventos, desde a data de 31/12/2014 até a data de divulgação das demonstrações financeiras, que ensejassem ajustes contábeis às demonstrações apresentadas ou divulgações complementares.